



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003963-62.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Pensão**
 Requerente: **DAISY WELICHAN**
 Requerido: **SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação Revisional de Proventos de Pensão por Morte com pedido de antecipação dos efeitos da tutela ajuizada por **DAISY WELICHAN** contra **SÃO PAULO PREVIDÊNCIA – SPPREV**. Alega, a autora, alegando, em síntese, que foi casada com o servidor Eddie Mancini, do qual se divorciou em 16.08.2000, vindo ele a falecer, em 11/10/2009. Aduz que recebia pensão alimentícia descontada da folha de pagamento e que, após o falecimento do ex-marido, solicitou o benefício de pensão por morte, que lhe foi deferido, em fevereiro de 2010, mas está limitado ao valor da pensão alimentícia (37,5%) e, na qualidade de beneficiária exclusiva, teria o direito de receber a pensão por morte na integralidade (100%), nos termos do que estabelece o artigo 144, da Lei Complementar nº 180/78.

Não há verossimilhança, já que a situação da autora tem regramento específico, previsto no artigo 150, § único, da Lei Complementar acima citada, que prevalece sobre a regra geral.

A tutela antecipada foi negada (fls. 55/65).

Citada, a ré SPPREV- SÃO PAULO PREVIDÊNCIA contestou a ação (fls. /57), alegando, preliminarmente, incompetência dos Juizados Especiais para o conhecimento da matéria. No mérito, sustentou que deve prevalecer a lei vigente à data do óbito, 180/87, com a redação dada pela LC 1012/07, que limita o valor do benefício ao da pensão que a parte recebia do servidor.

Houve réplica (fls. 70/73).

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

Julgo o pedido imediatamente, na forma do art. 330, I do CPC, uma vez que as questões controvertidas são exclusivamente de direito, não havendo necessidade de dilação probatória.

Quanto à alegada incompetência, o Conselho Superior da Magistratura realmente editou o provimento nº 1.769/2010, que exclui da competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública as ações previdenciárias. Ocorre que o Juizado da Vara da Fazenda Pública não está instalado na Comarca, apenas segue-se o rito da Lei 12.153/2009, como se deu na espécie. Assim, determino somente que, doravante, seja seguido o rito ordinário,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

não sendo o caso de extinção para redistribuição do feito, mesmo porque a ação seria redistribuída a este mesmo Juízo.

No mais, pedido não comporta acolhida.

De fato, nos termos da Súmula 340 do STJ, a "lei aplicável à concessão de pensão previdenciária por morte é aquela vigente na data do óbito do segurado".

Sendo assim, a pensão previdenciária paga à autora deve obedecer ao estrito comando trazido pelo artigo 150, § 1º, da LC 180/87, com redação dada pela LC 1012/07, abaixo transcrito:

Artigo 150 - O ex-cônjuge, ex-companheiro ou ex-companheira somente terá direito à pensão se o servidor lhe prestava pensão alimentícia na data do óbito.

Parágrafo único - O ex-cônjuge, ex-companheiro ou ex-companheira concorrerá em igualdade de condições com os demais dependentes, sendo o valor de seu benefício limitado ao valor da pensão alimentícia que recebia do servidor. (negritei)

Trata-se de regramento específico, que deve prevalecer sobre a regra geral.

Como a autora já está recebendo a pensão por morte no mesmo percentual que recebia de alimentos, não se verifica nenhuma irregularidade na conduta da requerida.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito e IMPROCEDENTE o pedido.

Condeno a autora arcar com as custas judiciais e honorários advocatícios que fixo, por equidade, em R\$ 500,00, observando-se o disposto na Lei 1.060/50, por ser a autora beneficiária da gratuidade da justiça.

P R I

São Carlos, 12 de novembro de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA